

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS -----

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.-----**
- 2. Ata.-----**
- 3. Designação de um(a) cidadão (ã) para a CPCJ de Santiago do Cacém. -----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém;-----**
 - b)Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de dois mil e dezasseis/dois mil e dezanove;-----**
 - c) Segunda Revisão ao Orçamento da Receita de dois mil e dezasseis; -----**
 - d) Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Santiago do Cacém, para dois mil e dezasseis; -----**
 - e) Contratação de fornecimento de energia elétrica – Pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----**
 - f) Empreitada para Melhoria das Condições de Mobilidade na Rua Professor Egas Moniz - Pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais.-----**
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA.-----**

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro das Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Vera Lúcia da Costa Violante, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

Não compareceram os membros: Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Joaquim António Gamito, Joana Margarida Ganço Filipe e João Saraiva de Carvalho.---

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Norberto Barradas, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

NOMEAÇÃO “AD HOC” DA SEGUNDA SECRETÁRIA-----

Verificada a ausência do Senhor Primeiro Secretário, Joaquim Gamito, a Senhora Segunda Secretária, Teresa Alves, assumiu as funções do mesmo, tendo a Senhora Presidente, Paula Lopes, nomeado “ad hoc”, para as funções de Segunda Secretária, a Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira, eleita da CDU, de acordo com o previsto no Regimento.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor Ricardo Rico e a Senhora Marina Patricia Basílio Pedro, eleitos do PS, se faziam substituir, na presente Sessão, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas e pelo Senhor Carlos Tomás, respetivamente, eleitos que se seguem na mesma lista, e que o Senhor Igor Filipe Almeida Guerreiro, eleito da CDU, era substituído pelo Senhor Francisco de Oliveira Pereira, eleito da mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

OBRAS NO CAMINHO MUNICIPAL 1087 – VIA PEDOCICLÁVEL -----

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, questionou por que razão as obras projetadas para aquela via, da Aldeia de Santo André até ao entroncamento junto às bombas da empresa Cipol, em Vila Nova de Santo André, não continuavam até à Rotunda da EN.-

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, informou que aquela empreitada já estava em curso e que a mesma contemplava não só aquela via mas também o ordenamento do Largo da Igreja, na Aldeia de Santo André, com um jardim, bem como o caminho alternativo entre a Aldeia e o Bairro Horizonte. Acrescentou que se tratava de um investimento que muitas pessoas não acreditavam que fosse concretizado e que era preciso estabelecer prioridades tendo em conta os recursos existentes, considerando ainda que era uma obra importante para o desenvolvimento da Freguesia de Santo André e para o Município.-----

Mais informou que está previsto executar, por administração direta, as obras entre o entroncamento referido e a primeira rotunda a seguir às instalações da Cipol.-----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por felicitar a Câmara Municipal pela realização daquela obra. Acrescentou que a extensão da mesma tinha sido condicionada aos recursos financeiros de que o Município dispunha para a sua execução, considerando que, se a Câmara Municipal tivesse possibilidades a obra teria tido início a partir do cruzamento da *Ti Marcelina* até à Rotunda, na Cidade de Vila Nova de Santo André, sendo que, tinha sido necessário optar entre a intervenção naquele troço e a construção do caminho alternativo até ao Bairro Horizonte.-----

Mais referiu que circulam diariamente por aquela via, em média, quatro mil viaturas ligeiras e cerca de duzentas viaturas pesadas.-----

O Senhor António Isidoro esclareceu que não tinha feito qualquer crítica àquela obra, tendo somente colocado uma questão.-----

O Senhor Jaime Cáceres considerou que se subentendia da pergunta uma desvalorização da obra que estava a ser realizada.-----

PONTO SITUAÇÃO DAS OBRAS DA A26/IP8 E ER 261-5 - SANTO ANDRÉ – SINES -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, questionou sobre o ponto de situação daquelas obras na sequência da reunião do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, efetivamente, já tinha sido recebido pelo atual Secretário de Estado das Infraestruturas, ao contrário do que aconteceu com o Secretário de Estado do anterior Governo, apesar dos vários pedidos de audiência que lhe dirigiu. Acrescentou que a reunião tinha tido lugar no dia nove do mês em curso, na qual esteve presente acompanhado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Jaime Cáceres. Mais informou que o Senhor Secretário de Estado lhes transmitiu que existia um processo jurídico complexo relativo à suspensão das obras decidida pelo Governo anterior, o qual foi preciso desenvolver novamente, quase do início, e que existe um acordo com o concessionário, mas para que o assunto fique resolvido, é necessário nomeadamente, o Visto do Tribunal de Contas, o acordo do financiador da obra e a resolução de algumas questões de ordem orçamental, pelo que, segundo aquele responsável do Governo, dificilmente estes problemas ficarão sanados antes do final do ano em curso, ao contrário do que tinha sido dito, em março, pelo Presidente da empresa Infraestruturas de Portugal que indicara três meses para a retomada das obras, os quais já passaram.-----

SANTIAGO DO CACÉM – VALE RAINHA - VIA DE ACESSO À DISCOTECA ALEXANDER’S -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu o mau estado daquela via, questionando sobre o que a Câmara Municipal podia fazer para corrigir aquela situação, tendo em conta a falência da empresa a quem foi adjudicada a empreitada pela empresa Águas de Santo André.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, aquando da desativação do emissário, em Vale Rainha, a empresa Águas de Santo André adjudicou as obras à empresa Guedol, a qual as abandonou na sequência de um processo de insolvência, tendo a empresa Águas de Santo André lançado novo concurso público, adjudicando as obras à empresa Consdep, sendo que, passado algum tempo, com a ação das chuvas, a estrada ficou novamente degradada, tendo a Câmara Municipal colocado o problema à empresa Águas de Santo André, a qual pressionou o empreiteiro para a reparação da mesma, o que veio a acontecer, sendo que, passado pouco tempo surgiram novamente os buracos. Acrescentou que a Câmara Municipal tem insistido de forma permanente junto da empresa Águas de Santo André no sentido da mesma resolver aquele problema, o qual poderá passar pelo acionamento das garantias bancárias no caso de o empreiteiro não proceder novamente à reparação da via. -----

Mais informou que no último contacto que teve com o Diretor da empresa Águas de Santo André, Engenheiro Lacerda, este o informara que o processo estava a ser tratado com carácter urgente e que esperava que o problema ficasse resolvido, no prazo de um mês e meio, antes do início do verão, embora ainda de forma provisória, sendo que, em simultâneo, iriam lançar um concurso público no sentido da resolução definitiva do problema, o que ainda não se concretizou. -----

Informou ainda que a Câmara Municipal interveio no troço de estrada de terra batida que dá acesso àquela via.-----

PRAÇA ZECA AFONSO – ROTUNDA – SINALIZAÇÃO -----

O Senhor José Sucena, eleito da CDU, chamou a atenção para a forma como estão colocados os sinais verticais de trânsito naquela Rotunda, dando uma imagem pouco estética da mesma. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se irá procurar outra solução para a colocação dos sinais de trânsito naquele local. -----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – RUA DE TIMOR - PAVIMENTAÇÃO

A Senhora Ana Raquel Hilário perguntou para quando estava prevista a pavimentação daquela Rua. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Albano Pereira, com competências delegadas naquele âmbito, o qual informou que prevê que as obras sejam executadas dentro de duas semanas, acrescentando que existem algumas dificuldades de acesso dos camiões para colocar o material naquela Rua. -----

Mais referiu que muitas pessoas não acreditavam que aquela Rua ia ter passeios, os quais já foram colocados. -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de abril até ao dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Atas -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 03**, da Sessão Ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, indicando uma correção pontual na página onze, linha vinte e quatro, onde deverá ser substituída a designação de Junta de Freguesia de *Santo André*, por Junta de Freguesia de *Abela*. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a ata a votação, a qual foi aprovada, **por unanimidade**. -----

Não votaram os senhores Francisco Oliveira Pereira e Maria da Conceição Pinela Pereira, eleitos da CDU, António João Antunes Isidoro, eleito do PSD e Carlos Tomás, eleito do PS, por não terem estado presentes naquela Sessão. -----

3. Designação de um(a) cidadão (ã) para a CPCJ de Santiago do Cacém-----

A Senhora Presidente colocou à apreciação da Assembleia a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Revogar a deliberação da Assembleia Municipal de vinte e nove de abril de 2016, sobre o assunto em epígrafe, tendo em conta que ainda não tinha decorrido o período previsto na Lei, entre o último mandato naquela Comissão da cidadã Ana Paula de Jesus Miguel Barata e a data em que a mesma foi designada pela Assembleia Municipal.-----

2. Designar a cidadã Helena Filipa Campos da Silva Pereira Vicente, Psicóloga, natural e residente na Cidade de Santiago do Cacém, para a Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, em conformidade com o previsto na alínea l) do nº 1 do artigo 17º, da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.” -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor e dois votos brancos. -----

Votação efetuada por escrutínio secreto. -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Carta Educativa do Município de Santiago do Cacém.* -----

FUNDAMENTOS: Ao abrigo da alínea a), do n.º1, do artigo 33.º e da alínea h), do n.º1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais publicado pela Lei 75/13, de 12 de setembro; -----

Ao abrigo da alínea b) do n.º1 do artigo 4.º e n.º1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro.” -----

Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

No âmbito da apresentação da proposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma retrospectiva do processo de elaboração do documento, informando que foi feita uma adaptação da Carta de dois mil e oito aos dados dos censos de dois mil e onze, acrescentando que aquela Carta não chegou a ser homologada pelo Ministério da Educação, porque a Câmara Municipal discordou do encerramento de algumas escolas rurais, sendo que o facto de o Município não ter a Carta Educativa aprovada impediu a apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários para intervenções nas escolas, no mandato anterior, mas que as escolas rurais em causa também não encerraram. -----

Mais informou que o novo Quadro Comunitário da Apoio não impõe esta condicionante para o acesso aos Fundos Comunitários. -----

Referiu ainda que a proposta da nova Carta Educativa foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação, onde foi aprovada, por unanimidade. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que tinha lido com atenção a Carta Educativa proposta, considerando que se tratava de um documento importante no qual é feita uma análise exaustiva do Município e que poderá ser um instrumento de grande valia para o trabalho do Executivo Municipal, servindo como documento orientador de algumas ações políticas para o atual mandato e para os que se seguirão. ---

Mais referiu que felicitava os autores do preâmbulo do documento pela sua elevada qualidade intelectual. -----

A Senhora Raquel Hilário, eleita do PSD, referiu que registava com agrado a incorporação no documento das sugestões que foram dadas pelas escolas e associações de pais. Acrescentou que apesar de algumas falhas o documento estava bem estruturado. Mais referiu que, em termos metodológicos, a elaboração da Carta Educativa e eventuais alterações, dado que se tratava de um documento aberto, devia assentar na participação dos diferentes agentes na área da educação, considerando que, pela sua importância, o Conselho Municipal de Educação devia reunir de forma mais regular, sendo que, no Município, o Conselho tinha reunido recentemente, mas não reunia desde dois mil e catorze. -----

Referiu também a sua preocupação sobre as obras na Escola Secundária Padre António Macedo (ESPAM), para as quais se estima um montante de três milhões de euros, questionando se, no caso do Ministério da Educação não ter orçamentado aquele valor e não o poder fazer, como é que o Município se irá posicionar sobre este assunto, tendo em conta o mau estado global daquela Escola. -----

Referiu ainda que a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém está preocupada pelo facto da Direção do Agrupamento ter condicionado as inscrições de alunos na EB1 de Santa Cruz, uma escola rural que dispõe de ATL, a qual tem vindo a ser opção de muitos pais nos últimos anos, considerando que os mesmos devem ter a possibilidade de escolha. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Carta Educativa era um documento orientador relativamente às políticas municipais no setor da educação, decorrendo de uma imposição legal, sendo que, a mesma terá ainda de ser homologada pela Direção Regional de Educação. -----

Mais referiu que o documento foi submetido ao Conselho Municipal de Educação e à participação de todos, no espaço de tempo possível, tendo em conta o prazo para a sua conclusão, tendo sido acolhidos quase todos os contributos que foram dados. -----

Acrescentou que se tratava de um documento técnico muito denso e extenso, o qual poderá conter algumas gralhas, e que o mesmo tinha como base uma orientação política previamente definida pela Câmara Municipal.-----

Relativamente às obras na ESPAM, referiu que a responsabilidade por aquela Escola é do Ministério da Educação, pelo que, não se deve esperar que seja a Câmara Municipal a resolver a situação, tendo também em conta os cortes de verbas que têm vindo a ser feitos às autarquias e as consequentes dificuldades das mesmas para responder aos problemas no Município que são da sua competência. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal interveio no Auditório daquela Escola, no sentido de o dotar de melhores condições, porque se tratava da única sala existente em Vila Nova de Santo André, para a realização de alguns espectáculos e aberta à Comunidade, não existindo equipamento municipal para o efeito. -----

Sobre a Escola Básica de Santa Cruz, referiu que se regozija pela defesa de uma escola rural por parte da bancada do PSD, tendo em conta que, ao contrário da CDU que sempre pugnou pelas escolas rurais, as outras forças políticas, no passado, ou se abstiveram ou votaram contra a sua existência. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal teve conhecimento da decisão do Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém no sentido de não aceitar mais inscrições naquela Escola para o próximo ano letivo, o qual, questionado sobre este assunto, informou que não estava em causa o encerramento da mesma. Acrescentou que teve conhecimento de que foi pedida pela Associação de Pais uma reunião ao Agrupamento sobre este assunto e que a mesma estava preocupada com a situação, contra a qual a Câmara Municipal se oporá se for posto em causa o funcionamento daquela Escola. -----

Referiu ainda que a organização das escolas em agrupamentos, a qual teve a oposição da CDU, permite este tipo de situações.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

---b) Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de dois mil e dezasseis/dois mil e dezanove;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezasseis/ Dois Mil e Dezanove(*).---

FUNDAMENTOS: Um – Necessidade de criação do projeto para a reabilitação da Escola Básica de Ermidas a decorrer no ano 2017. -----

Dois – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Três – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação a qual foi **aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pereira Pinela, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Francisco de Oliveira Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e um de um eleito do PS, Senhor Carlos Tomás. -----

Sete abstenções, sendo quatro dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Miriam Mills Mascarenhas, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

---c) **Segunda Revisão ao Orçamento da Receita de dois mil e dezasseis;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento da Receita de Dois Mil e Dezasseis(*). -----

FUNDAMENTOS: Um – Criação da rubrica da receita relativa a dividendos e participação nos lucros de Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras, para arrecadação da receita correspondente à distribuição de dividendos do exercício de 2015 da empresa Município E.M, S.A. -----

Dois – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Três – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. do anexo à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pereira Pinela, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Francisco de Oliveira Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves.-----

Oito abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante e três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.” -----

---d) Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Santiago do Cacém para dois mil e dezasseis; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar alteração ao Mapa de Pessoal para 2016(*). -----

FUNDAMENTOS: De facto: 1. Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal.-----

2. Reestruturação de serviços.-----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Função Pública, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pereira Pinela, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Francisco de Oliveira Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves, e cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Miriam Mills Mascarenhas, Carlos Tomás, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

Três abstenções dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.”-----

---e) Contratação de fornecimento de energia elétrica – Pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para “Fornecimento de energia elétrica em BTN (Baixa Tensão Normal), BTE (Baixa Tensão Especial), e MT (Média Tensão)”, que para o período de 24 meses, com início previsto a 01 de setembro de 2016, tem o preço base de 2 400 000,00 €, sendo a estimativa de repartição de encargos para cada um dos anos, a seguinte: -----

- 2016 - 400 000,00 €, -----

- 2017 - 1 200 000,00 €, -----

- 2018 - 800 000,00 €.-----
A estes valores acrescerá o IVA à taxa legal em vigor;-----
FUNDAMENTOS: Um - De acordo com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----
Dois - Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.”-----
A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

---f) Empreitada para Melhoria das Condições de Mobilidade na Rua Professor Egas Moniz - Pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais resultantes do contrato que vier a ser celebrado no âmbito da empreitada para a “Melhoria das Condições de Mobilidade da Rua Professor Egas Moniz”, com o encargo estimado de 645.000,00€, sendo a estimativa de repartição de encargos para 2016 de 94.000,00 € e 2017 de 551.000,00 €, valores a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; -----
FUNDAMENTOS: 1- Prevê-se a execução da obra em **2016 e 2017** e encontra-se prevista em PPI de acordo com **objetivo 3.3.1.1.2. e projeto n.º 2016/096** – Melhoria das condições de mobilidade da Rua Professor Egas Moniz. -----
2- Alínea ccc) do n.º 1 do artº 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
Alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente.”
A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de abril e maio de dois mil e dezasseis, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----
A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.-----
Interveio a Senhora Raquel Hilário, eleita do PSD, referindo que se congratulava com a assinatura do *Protocolo para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género* entre a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, municípios do Litoral Alentejano e outras entidades, o qual veio permitir o desenvolvimento de ações neste âmbito e a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação Intervir.com, esperando que o mesmo venha a ser renovado, após os dois anos da sua vigência.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária em exercício a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não tendo havido inscrições para o uso da palavra.-----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e duas horas e trinta minutos.-----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

